



Análise sobre o voto ideológico e comportamento eleitoral

Analysis of ideological voting and electoral behavior

ARK: 24285/RCC.v8i16.185

Recebido: 06/10/2024 | Aceito: 18/11/2024 | Publicado: 23/12/2024

Jonathan Kennedy Barbosa Felix¹

<https://orcid.org/0009-0002-1445-6183>

<https://lattes.cnpq.br/1224566416509711>

Centro Universitário do Distrito Federal – UDF

E-mail: ojonathankennedy@gmail.com

André Felipe Rosa²

<https://orcid.org/0000-0003-2319-113X>

<https://lattes.cnpq.br/3361155786236088>

Universidade Católica de Brasília, DF, Brasil

E-mail: andrecpol@gmail.com



Resumo

Este artigo visa fazer uma análise sobre o voto ideológico fazendo uma junção direta ao comportamento eleitoral. Este estudo é focado no comportamento do eleitor e da forma como esse eleitor entende o que é ideologia. A ideologia sempre de uma forma controversa e por vezes necessitando de maiores explicações quanto a sua aplicação, tende a ser um tema a ser melhor aprofundado pela ciência política e também pela psicologia política.

Palavras-chave: Análise do voto ideológico. Ideologia. Cultura Política. Eleitor brasileiro.

Abstract

This article aims to make an analysis of the ideological vote by making a direct junction to electoral behavior. This study is focused on voter behavior and the way this voter understands what ideology is. Ideology always in a controversial way and sometimes in need of further explanations as to its application, tends to be a topic to be better explored by political science and also by political psychology.

Keywords: Analysis of the ideological vote. Ideology. Political Culture. Brazilian voter.

1. Introdução

Este artigo procura responder a seguinte pergunta: como se dá a análise do comportamento eleitoral a partir de perspectivas ideológicas. Como objetivo geral este estudo busca compreender o voto ideológico no Brasil e a sua relação com o comportamento eleitoral. Em fins de objetivos específicos, delimitar a cultura política e a influência do meio social na formação de preferências do indivíduo.

Em primeiro lugar, é necessário a compreensão e análise sobre a cultura política. Durante as décadas de 1950/1960, a ciência política norte-americana executou os passos iniciais para a formação de métodos sobre o conceito de cultura política. A obra *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations* (1963), dos autores Almond e Verba é constituída por especialistas como modelo inicial e necessária sobre o tema, mesmo se considerando o possível precursor do

¹ Graduado em Ciência Política pelo Centro Universitário do Distrito Federal – UDF.

² Graduado em Ciência Política pela Universidade de Brasília (UnB), Mestre em Psicologia pela UCB e Especialista em Relações Institucionais pelo IBMEC/DF.

enfoque culturalista dos fenômenos políticos em A democracia na América de Tocqueville (KUSCHNIR *et. al*, 1999).

Este estudo se justifica pela relevância do tema no debate público, principalmente no que é importante para o eleitor e de que forma a comunicação política dos candidatos devem ser direcionadas a partir desses insumos empíricos.

2. Metodologia

Este artigo foi elaborado a partir de uma pesquisa bibliográfica, a fim de delimitar e compreender os aspectos ideológicos a partir da literatura clássica da ciência política e da psicologia política.

3. Resultados e Discussão

CULTURA POLÍTICA E IDEOLOGIA

Em primeiro lugar, é necessário a compreensão e análise sobre a cultura política. Durante as décadas de 1950/1960, a ciência política norte-americana executou os passos iniciais para a formação de métodos sobre o conceito de cultura política. A obra *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations* (1963), dos autores Almond e Verba é constituída por especialistas como modelo inicial e necessária sobre o tema, mesmo se considerando o possível precursor do enfoque culturalista dos fenômenos políticos em A democracia na América de Tocqueville (KUSCHNIR *et. al*, 1999).

O termo cultura política retrata-se sobre as orientações políticas, à postura com respeito a sistematização política, seus diversos fragmentos e a função dos cidadãos na vida pública (ALMOND; VERBA, 1989). Por meio desse conceito, pretendia-se alcançar a caracterização do que seria a cultura política de um povo, bem como fazer a separação dos esclarecimentos mais populares da ciência política da época, definida por um forte foco no estudo das instituições políticas, que até então não tinham conseguido libertar-se das origens judicialistas da disciplina.

Para Borba (2005), o objetivo da análise cultural é contribuir para a explicação do comportamento político dos indivíduos, destacando a forma como os valores culturais são componentes endógenos da tomada de decisão.

As análises relacionadas à cultura política e ideologia informam sobre os prováveis embates das produções ideológicas em relação à cultura política de uma sociedade. Debrun (1983 e 1989) alega que por um triz o silêncio das ciências sociais perante os sistemas ideológicos dispõe de dois motivos: a primeira é a “[...] aparente evidência de que a ideologia da classe dominante é, por definição, a ideologia dominante e que, nessa base, impõem-se sem dificuldade os mitos que iludem os dominados” (DEBRUN, 1989).

De acordo com Borba *et al.* (2005), a ideologia se divide em dois momentos: primário e secundário. O primário, quando está materializada no convívio social, e o secundário, que se manifesta quando as ideologias primárias se encontram em crise e se apresentam com a função de fundamentação ou racionalização das ideias que visam criar ou manter determinadas formas de dominação. Hegel faz uma análise que diferencia ideologia primária e secundária em três etapas da religião: 1) ideologia como um conjunto de ideias (teorias, convicções, crenças, métodos de argumentação); 2) a ideologia em seu estado externo; 3) e a ideologia espontânea que atua na realidade social.

Borba *et al.* (2005), divide a ideologia em três momentos que se relacionam ao conceito de cultura política:

1. Ideologia como doutrina: Esta tem a função de influenciar a respeito de sua verdade, onde, no fundo busca servir algum interesse particular de poder;
2. Aparelhos Ideológicos de Estado: Indica a existência da ideologia nas instituições do Estado como um todo;
3. Ideologia espontânea naturalizada nas práticas e relações sociais.

Debrun (1983) explica que a ideologia espontânea está associada ao conceito de cultura política, ou seja, o momento das relações sociais. Enfim, é importante compreender a relevância destes conceitos, pois, é possível explorar a ideologia materializada em instituições ou em sua figura cotidiana, nas relações sociais.

O COMPORTAMENTO DO ELEITOR BRASILEIRO

Em primeiro lugar, existem várias teorias e estudos de diversos autores que buscam estudar e compreender o comportamento eleitoral, porém, podemos apontar três perspectivas: a perspectiva sociológica, a psicológica e a teoria da escolha racional.

A perspectiva sociológica baseia-se na justificativa macro de análise e aborda um contexto social de grupos. A sociologia explica que as decisões de cada indivíduo são captadas a partir de um contexto de vários grupos sociais. Destaca a importância de determinantes sócio-econômicos, culturais e estrutura de classe na criação da partição social. A sociedade se manifesta através dos partidos políticos com os quais se reconhece e a participação política se efetiva a partir dos convívios sociais em um contexto.

Castro (1994), aponta a perspectiva sociológica como causadora da maioria dos estudos na área do comportamento eleitoral. Partindo de uma perspectiva macro, a ideia é de que elementos histórico-estruturais e culturais submetem as características sociais que se manifestam através de partidos específicos, com os quais esferas do eleitorado se identificam. Diante do exposto, sujeitos em contextos sociais iguais mostram uma probabilidade maior de interagir entre si.

A sociologia política inquieta-se com as condições sociais que compõe o contexto no qual as instituições, as práticas, as ideologias e os objetivos políticos se formam e atuam, onde se faz necessário conhecer o contexto social e político: onde esses eleitores habitam e como vivem nesse contexto (FIGUEIREDO, 2008). De acordo com o autor, são as massas sociais que inspiram dinâmica à política e o que é esclarecido são os agrupados das ações coletivas, o ato individual não é isolado socialmente.

Para Borba (2005), o ponto mais importante para a perspectiva sociológica é a conjuntura em que os indivíduos atuam, no qual as principais são as socioeconômicas, demográficas e ocupacionais, e sua atenção está focada em expor como essas variáveis possuem ligações com o comportamento eleitoral.

A corrente psicológica do comportamento eleitoral desenvolveu-se através de pesquisas surveys, em que os precursores foram uma equipe de pesquisadores da Universidade de Michigan³ (Estados Unidos). Ao contrário da sociologia, a psicologia define que o sujeito e o seu incentivo psicológico é que se estabelecem como a unidade de análise. A conduta eleitoral baseia-se na estruturação de personalidades dos sujeitos e na sua teoria de crenças, independentemente do contexto social em que habitam. De acordo com a perspectiva psicológica, a identificação partidária e a

³ A equipe de pesquisadores responsável pelo modelo Michigan foi liderada por Angus Campbell (1950).

atuação política estão ligadas de modo direto às percepções e motivação dos sujeitos no tocante à política e aos partidos.

O Modelo de Michigan objetivou a busca da causalidade ao nível psicológico, onde o indivíduo é a unidade de análise, as atitudes adquiridas, juntamente com outros aspectos, passam a integrar a estrutura da personalidade dos indivíduos (FIGUEIREDO, 2008).

O modelo Michigan salienta a necessidade de compreender como os sujeitos compõem a sua existência social, como se cria o processo individual de formação das opiniões que carregam a uma certa decisão e como os sujeitos entendem a organização social em que vivem e as conexões sociais.

Agindo, reagindo e interagindo social e politicamente, a partir de uma base psicológica formada e com categorias políticas normativas razoavelmente consolidadas, o indivíduo sempre articulou da mesma maneira suas respostas a diferentes contextos (FIGUEIREDO, 2008).

No contexto da perspectiva psicológica, a ideologia não é um componente decisivo na definição do voto da grande parte do eleitorado.

A identificação partidária é baseada em crenças, sentimentos e laços afetivos. Na verdade, mostrou-se que naqueles países onde a estrutura do sistema partidário tem-se mantido por longos períodos, as preferências partidárias estáveis formam-se no processo de socialização, a partir de tradições familiares, sem nenhuma ou apenas com uma remota relação com as opiniões e avaliações sobre temas políticos expressas pelo eleitorado (CASTRO, 1994).

A pauta política varia de sujeito para sujeito de acordo com o interesse e os incentivos políticos do seu grupo social, porém, o comportamento político e os incentivos não seriam concedidos pelas origens sociais e econômicas ou pela classe social. Os incentivos políticos iniciam-se no contexto social do sujeito, por meio do processo de formação familiar e o nível de importância dado à pauta política resulta na socialização política que resulta no sistema de atitudes compartilhadas por sujeitos com características demográficas semelhantes (FIGUEIREDO, 2008).

A escolha racional faz uso como referência de análise o individualismo metodológico e baseia-se no princípio de que os sujeitos são racionais e destinam-se sempre a maximizar seus ganhos. Desta forma, a atuação política é condicionada a partir da escolha racional do sujeito. A condição do voto, na teoria racional, depara-se na escolha partidária e o eleitor usa a ideologia partidária como objeto de informação para reduzir os custos de sua escolha.

Downs (1957) parte do pressuposto de que o eleitor se comporta, perante a urna, como um consumidor se comporta perante o mercado, isto é, age racionalmente, buscando diminuir custos e aumentar benefícios. O ambiente político é visto como um mercado político, onde os políticos empenham-se para vender seus produtos, e os indivíduos assumem o papel de consumidores, que buscam escolher produtos que melhor reduzem seus custos e maximizam seus ganhos.

Do ponto de vista do homem econômico, Downs (1957) parte do pressuposto de que cada sujeito separadamente age e reage incessantemente em resposta ao que entende e experimenta em relação à economia. Dessa forma, o sujeito corresponde de forma afirmativa a situação quando a economia vai bem e escolhe a oposição quando a economia vai mal.

A redução do eleitor à posição de juiz, com poderes para punir ou recompensar os governantes, encerra uma forma muito peculiar de conceber o comportamento eleitoral (FIGUEIREDO, 2008).

Para Figueiredo (2008), a conduta humana, para esta teoria é de satisfação, calcula somente o custo e o benefício da ação. O que interessa para o sujeito é o êxito da política em produzir os benefícios esperados, ou seja, os resultados que interessam, logo, o triunfo eleitoral dos candidatos do governo depende de seu desempenho. Se o governo vai mal é natural que os apelos à oposição possam ser atendidos.

Os indivíduos só se dispõem a votar se a utilidade que derivará do estado social futuro desejado for suficientemente grande para compensar o custo de envolver-se no processo político-eleitoral, ainda que como mero eleitor, o que é o caso da quase totalidade dos membros de uma sociedade de massa (FIGUEIREDO, 2008).

4. Conclusão

Concluimos que o comportamento eleitoral é altamente influenciado por questões ideológicas, e que, apesar dessa forte variável explicativa, outros temas também merecem atenção da academia, tal como a relação com a teoria da escolha racional, para identificar os gargalos que podem impactar, sobretudo quando tratamos do eleitor indeciso.

O voto ideológico, em uma sociedade conservadora, tende a ter maior impacto, entretanto, é importante verificar as questões econômicas que levam a racionalidade do sujeito onde as suas convicções ideológicas podem ser colocadas em segundo plano a depender dos resultados econômicos do governo e da qualidade financeira que estão envolvidas as famílias numa sociedade.

Referências

- Borba, J. (2005, março). Cultura política, ideologia e comportamento eleitoral: alguns apontamentos teóricos sobre o caso brasileiro, 147–168.
- Castro, M. M. M. de. (1992). Sujeito e estrutura no comportamento eleitoral. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 20, 7–19.
- Figueiredo, M. (2008). *A decisão do voto: Democracia e racionalidade*. Minas Gerais, MG: UFMG.